

Igarapava, em 25 de janeiro de 2022.

Exmo. Sr.

Dr. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DD. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – SP

Ref.: PROCESSO: TC-3107.989.20-4

Órgão Público: Prefeitura do Município de Igarapava

Assunto: Contas Anuais

Exercício: 2020

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA**, neste ato representada pelo seu Prefeito, Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar, em atendimento ao despacho exarado por Vossa Excelência, publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de novembro de 2021 (e que, portanto, para efeito da contagem dos prazos, deverá desconsiderar o período de suspensão dos prazos de 20.12.2021 a 21.01.2021, que tiveram a sua fruição retomada em 24.01.2021, consoante o Ato GP nº 14/2021), vem, respeitosamente, através do advogado que esta subscreve, apresentar suas justificativas em face dos apontamentos consignados no Relatório de Fiscalização, constantes dos autos do expediente em epígrafe, que abriga o exame das Contas Anuais de 2020 deste Executivo de Igarapava.

Antes, porém, é de se destacar, que não obstante glosas efetuadas, a análise levada a efeito pela diligente fiscalização dessa Egrégia Corte comprova, **ASSIM COMO OCORRERA EM RELAÇÃO AOS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES**, os bons resultados da Administração nos principais quesitos, tal como pode ser demonstrado na “Síntese do Apurado”, presente às fls. 54 dos autos:

<b>CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>REGULAR</b>
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício .....</b>	<b>8,96%</b>
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de Investimentos.....</b>	<b>6,40%</b>
<b>DÍVIDA DE LONGO PRAZO.....</b>	<b>FAVORÁVEL</b>
<b>PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?.....</b>	<b>SIM</b>
<b>ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?.....</b>	<b>SIM</b>
<b>ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social...SIM</b>	
<b>ENCARGOS - Está cumprindo parcelamento de débitos de encargos?.....</b>	<b>SIM</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional.....</b>	<b>SIM</b>

<b>LRF - Despesa pessoal em dezembro do exercício em exame.....</b>	<b>42,49%</b>
<b>LRF - Atendido o artigo 42, da LRF?.....</b>	<b>SIM</b>
<b>LRF - Atendido o artigo 21, II, da LRF?.....</b>	<b>SIM</b>
<b>ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%).....</b>	<b>26,25%</b>
<b>ENSINO - FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%) .....</b>	<b>77,14%</b>
<b>ENSINO - Recursos FUNDEB aplicados no exercício.....</b>	<b>100%</b>
<b>SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%) .....</b>	<b>22,80%</b>

Portanto, Excelência, tem-se que os principais indicadores de gestão foram plenamente atendidos no exercício, o que, *per si*, só faz reforçar a situação de conformidade e regularidade das Contas em apreço, demonstrando, assim, que mesmo ante à existência de apontamentos, certamente não se revelam os mesmos suficientes para ensejar ilegalidade apta à sua rejeição, razão pela qual restarão plenamente esclarecidos no âmbito da presente.

Dito isso, passa-se à apresentação da defesa, para tanto adotando-se, como padronização, transcrever os apontamentos na conclusão do Relatório de Fiscalização em caixas de texto, seguidas das justificativas e textos complementares, logo abaixo.

#### **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice ‘C+’**

**- Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o Setor de Planejamento da Origem obteve índice ‘C+’ de avaliação, que indica que o Órgão está em fase de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP e que necessita de aprimoramento nesta área de atuação da Administração;**

Antes de adentrar ao mérito do apontamento propriamente dito efetuado em relação ao planejamento, mostra-se grandemente necessário salientar, como inclusive consta expressamente indicado no Relatório, a evolução da nota de classificação obtida pelo Município se comparada ao exercício anterior ao ora examinado, haja vista que, mesmo diante de tantas e tão grandes dificuldades enfrentadas em razão da catástrofe ocasionada pela pandemia (que nos obrigou à adoção de medidas nunca antes imagináveis na vida administrativa), Igarapava passou da Nota de Classificação C, recebida em 2019, para C+ em 2020, já considerada em fase de adequação dentro dessa vertente.

Nesse passo, Excelência, **embora possamos admitir a necessidade de continuamente evoluir nesse quesito**, é certo e inequívoco que todas as ações relativas ao planejamento sempre foram, e em 2020 não foi diferente, estabelecidas com enorme critério e cuidado, e assim efetivamente executadas no exercício.

Tanto que não à toa, o Município efetivamente evoluiu em sua nota de classificação neste, garantiu a efetividade de todas as ações já implementadas em exercícios anteriores, repise-se, mesmo diante de tantas dificuldades, inclusive concernentes ao necessário distanciamento social e inúmeras questões que excepcionalmente fomos obrigados a priorizar em detrimento de qualquer outra ação de planejamento.

Assim, relativamente às ocorrências, em si, reputadas como causa da nota de classificação obtida, em relação à alegação de que não há levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento, esclarecemos que todas as ações antecedentes ao planejamento, **indistintamente para todos os setores**, são estabelecidas através de um criterioso levantamento estatístico, o qual acaba por subsidiar os estudos de eventual necessidade de aperfeiçoamento e na tomada de quaisquer decisões referentes às necessidades e deficiências do Município, situação esta que, não seria demasiado ressaltar, atualmente revela-se mais do que suficiente, haja vista, como já ressaltado, o **fato de haver o Município cumprido todos os índices constitucionais e legais**.

Da mesma forma diga-se em relação à alegação de que não teriam sido levados em consideração planos do governo federal e estadual para realização de estudos e análises da previsão da receita, haja vista que, inobstante realmente não constarem documentos que meramente pudesse materializar a realização desses estudos levando em consideração as previsões de receita de origem estadual e federal, **de qualquer sorte, as peças de planejamento (LDO e LOA) contém tais previsões, que por princípio de prudência, abarcam apenas as parcerias, convênios ou repasses efetivados por outras instrumentalizações efetivamente já firmados ou muito próximos de efetivação.**

De outra banda, concernentemente ao fato de preverem, respectivamente LDO e LOA, autorizações para transposição, remanejamento e transferência de recursos, e a possibilidade de abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação, importa-nos chamar a atenção para o fato de que **o percentual fixado para o exercício de 2020 foi inclusive reduzido (de 20% para 15%) se comparado com o que previam as peças orçamentárias de 2019 (que por sua vez nada mais fazia do que repetir os mesmos índices que desde exercícios passados eram previstos), sendo ainda relevante contemporizar que, em continuidade a essa postura de paulatina redução desses percentuais, fora o mesmo reduzido para 10% quando da elaboração das leis de orçamento em 2021, para vigência em 2022 (DOC 01).**

De toda sorte, Excelência, nem mesmo revela-se totalmente crível afirmar que o percentual de alterações previstos na LDO e LOA de 2020 foi acima de inflação, haja vista que, ainda que reconheçamos não se tratar do índice oficial, **outros indicadores econômicos de peso e respeito, tal como o IGPM-FGV, que inclusive é o índice amplamente utilizado no âmbito da Administração, comprovou uma oscilação de preços e mercado em patamar de 23.13% (o que na prática inclusive restou inequívoco, pois fora efetivamente vislumbrada essa variação e aumento).**

Assim, mais uma vez roga-se pela desconsideração do apontamento.

Com relação às considerações tecidas em relação à estrutura administrativa voltada para planejamento, importante destacar, que ao contrário do que aduz a d. Fiscalização, os estudos e elaboração do planejamento municipal constituem-se responsabilidades do Departamento de Finanças, **que, por sua vez, em nosso Município, é formado por profissionais tecnicamente capacitados, dentre eles contadores e servidores munidos de experiência na área, e assim plenamente aptos para a consecução de tal incumbência.**

E não apenas isso, na elaboração das peças de planejamento há participação efetiva do Prefeito e dos responsáveis pelas áreas de Administração, Contabilidade, Saúde, Educação, Obras, e demais setores, imbuídos de detectar, cada um dentro de sua esfera de atuação, com muito maior precisão, todas as necessidades do Município e assim enquadrá-las dentro das possibilidades e limitações financeiras e orçamentárias existentes.

Destarte, Excelência, considerando que, de fato, o corpo técnico (ou seja, os recursos humanos) executor das atividades do planejamento realmente revela-se suficiente para sua efetividade, bem como sopesando, de toda sorte, a impossibilidade de execução, em 2020, de qualquer aumento ou estruturação neste aspecto, dadas as conhecidas limitações impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 no que concerne à estrutura de pessoal, também não há que ser cogitada irregularidade.

Ainda nesse diapasão, cumpre-nos da mesma forma trazer à baila as limitações trazidas pelo art. 8º, da Lei Complementar nº 173/2020, que nos impedia completamente de adotar quaisquer providências em relação à situação funcional do servidor responsável pela contabilidade, razão pela qual fora essa mantida durante o período de vedação que sofremos em relação a quaisquer alterações na estrutura de pessoal do Município que pudesse redundar eventuais aumentos de remuneração, **tendo sido, no entanto, já devidamente regularizada em janeiro de 2022 (haja vista que as proibições da Lei Complementar nº 173/2020 perduraram até 31.12.2021), com a nomeação de um servidor efeito para figurar como responsável pela contabilidade (DOC. 02).**

Assim, diante da impossibilidade de adoção de conduta diversa em relação a tal situação funcional do responsável pela contabilidade em 2020, diante da patente limitação existente, bem como, tendo em vista a efetiva regularização do ponto já no primeiro mês em que tal se fazia possível, roga-se pela completa desconsideração da glosa efetuada.

De outro escopo, relativamente às audiências públicas voltadas para avaliar o cumprimento das metas fiscais, pedimos *venia* para juntar as respectivas atas que seguem anexas à presente (DOC 03), **comprovando-se que foram, sim, as mesmas realizadas.**

No que se refere às considerações a respeito da análise dos relatórios mensais pelo Prefeito, cumpre destacar, que na esteira das alegações já acima apresentadas, o Prefeito participa ativamente de todas as fases do planejamento, inclusive das etapas de estudos, definição e estabelecimento das metas, razão pela qual, quando da análise dos relatórios mensais já possui o mesmo pleno conhecimento dos projetos, atividades e operações especiais previstas e efetivamente executadas.

Por derradeiro, com relação à reclamada estrutura de recursos humanos, tecnológicos e materiais para operacionalização das atividades da Ouvidoria, **informamos que referida questão também já se encontra regularizada**, com a efetiva instituição e regulamentação da ouvidoria, bem como da disponibilização de recursos humanos e materiais para a consecução de seus objetivos, INCLUINDO-SE A NOMEAÇÃO DE SEU RESPONSÁVEL, TAMBÉM EM JANEIRO DE 2022, PASSADA A LIMITAÇÃO DO ART. 8º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020 (DOC 04) tal como certamente já fora

constatado no âmbito das análises quadrimestrais em relação às contas de 2021 do Município.

Assim, por todo o exposto, clama-se pela desconsideração do apontamento.

## **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

***- Verificamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em valor correspondente a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual, índice que, s.m.j., ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;***

Relativamente ao presente tópico, que tem por objeto a verificação da situação de regularidade dos pontos atinentes à execução orçamentária, depreende-se que, inobstante a constatação do resultado da execução orçamentária superavitária (situação que inclusive se manteria independentemente de qualquer argumento de possível ajustes nos cálculos aventado pela n. Agente, tal como retratado no próprio Relatório), bem como a constatação de que, mesmo diante da situação de enorme calamidade decorrente da pandemia, em 2020 o Município realizou investimentos equivalente a 6,40% de sua receita corrente líquida (ou seja, percentual e inclusive maior se comparado ao exercício anterior), teriam sido realizadas a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e transposições em valor correspondente a 28,9% da despesa inicial fixada.

Contudo, Excelência, esquece-se o n. Agente de consignar que a parcela correspondente a R\$ 14.137.458,88 destas alterações foi submetida, sim, à aprovação legislativa, e assim materializadas através de regular aprovação de leis municipais específicas, promulgadas especialmente com vistas à abertura de créditos adicionais, em respeito aos preceitos constitucionais e da Lei Federal nº 4.320/64, consoante comprova o Relatório de Suplementação, anexas à presente (DOC. 05.1).

Imperioso ainda ressaltar a possibilidade, também franqueada no § único, art. 4º, da LOA de 2020, que exclui do limite de 15% estabelecido na Lei Municipal nº 879, de 27 de novembro de 2019 os créditos destinado a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, razão pela qual é possível taxativamente afirmar que o montante de R\$ 2.464.100,00 resta integralmente amparada pela Lei do orçamento em vigência no exercício, bem como o fato de que o montante de R\$ 6.115.381,44 de alterações se deram em relação a recursos repassados ao Município para fazer frente às necessidades e urgências decorrentes da pandemia (DOC 05.2).

Nesse contexto, considerando a necessidade de sopesar todos esses fatores e expressas hipóteses legais de exceção, outra não pode ser a conclusão, senão de que uma eventual pequena diferença (ainda assim se houver) entre o percentual de abertura de créditos e transposições discricionárias regularmente autorizadas pela LOA, e o que efetivamente ocorreu no exercício, não justifica, de maneira alguma, que consequências mais graves advenham no âmbito da análise das contas anuais, que não a expedição de meras recomendações.



Até mesmo porque, talvez o mais importante a ser sopesado, é que a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições, independentemente de seu percentual **não causou desajuste fiscal, vez que, conforme retrata o próprio Relatório de Fiscalização, o resultado da execução orçamentária, econômica e patrimonial FORAM TODOS POSITIVOS, sendo importante inclusive sopesar que, em relação ao resultado financeiro, no ano de 2020 o Município inclusive conseguiu reverter um pequeno déficit do exercício anterior, para um superávit de R\$ 12.053.095,32**, tendo sido ainda cumpridos, pelo Município, todos os índices constitucionais e legais que lhe são impostos, pelo que entendemos possa tal pretensa falha ser, ANTE À COMPLETA AUSÊNCIA DE SIGNIFICÂNCIA E GRAVES CONSEQUÊNCIAS, e à luz do que preceitua a própria jurisprudência que vem, a cada dia mais, compactuando de forma unânime a esse respeito, ser desconsiderada da análise das contas do exercício de 2020 da Prefeitura de Igarapava, sendo o que aqui veementemente rogamos.

### **B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

**- Ademais, considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295, denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo em montante equivalente a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida;**

Apontou a fiscalização, que considerando o índice de liquidez imediata de 0,8295, a prefeitura não possuiria recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro, sendo que o Índice de Liquidez Imediata demonstra que a Prefeitura não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no Passivo Circulante.

Todavia, com o devido respeito, a presente anotação não deveria sequer ser levada em consideração, posto que a análise apontada pela equipe de Fiscalização sofre oscilações diárias, que não permite aferir a exata capacidade do Executivo para promover o pagamento de suas dívidas, mormente considerando que aqui o comparativo se dá utilizando-se como paradigma o índice de liquidez imediata, que por definição mede a capacidade de honra dos compromissos no momento imediato (ou seja, no dia da apuração).

Assim, Excelência, tanto sob esse prisma (o qual entendemos, em que pese o respeito devido, inadequado para aferir a capacidade de honra de nossos compromissos de curto prazo), quanto se sopesarmos que, tratando-se da Administração Pública, o passivo circulante encerrado em 2020 pode conter débitos com vencimento até 31 de janeiro de 2021, inscritos em restos a pagar, e que por sua vez podem ser suportados pelas receitas do novo período, cujo ingresso nos cofres do Município é certo, nem mesmo haveríamos que cogitar a afirmação de incapacidade financeira do Município em relação ao seu passivo de curto prazo.

Sem contar, Excelência, o resultado financeiro superavitário do exercício, outro elemento comumente utilizado, no âmbito das próprias fiscalizações dessa E. Corte

de Contas, como hábil para aferir a capacidade do Município para honrar o seu passivo de curto prazo.

É amplamente sabido, que o estoque de tais dívidas, caracterizadas, em sua maioria, pelos restos a pagar e empenhos pendentes de pagamento, sofre constantes alterações, seja pelo pagamento das dívidas, seja pelo cancelamento dos empenhos não processados, sem que tal ocorrência se mostre hábil para fotografar qualquer desequilíbrio.

De qualquer forma, apenas a título de comparação, mostra-se de fundamental importância trazer à baila o voto proferido em apreciação às Contas alusivas ao exercício financeiro de 2018 do Município de Rio das Pedras, no âmbito das quais fora deliberado pela emissão de parecer favorável às mesmas, mesmo diante da constatação de um índice de liquidez de 0,35 lá ocorrido, ou seja, equivalente a quase um terço do aqui verificado, justamente por seguir o mesmo Raciocínio que aqui veementemente vimos insistindo, no sentido de que, graças a uma boa gestão implementada, colhendo frutos de um incansável trabalho de planejamento, que permite ao Município ostentar resultados financeiro, econômico e patrimonial todos positivos, Igarapava caminha em direção do crescimento.

Não havendo, portanto, sob qualquer prisma de análise (seja resultado financeiro, ou mesmo indicadores, índices ou cálculos) comprometimento da liquidez, roga-se que a anotação não tenha o condão de macular as contas em exame.

#### **B.1.5. PRECATÓRIOS**

- ***Os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu balanço patrimonial divergem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça;***
- ***Além disso, os valores contabilizados no balanço patrimonial também não equivalem ao apresentado no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audesp em relação ao exercício de 2020, ocorrência que, além de ratificar a falta de fidedignidade dos valores contabilizados, ainda configura ofensa aos princípios da Transparência Fiscal e da Evidenciação Contábil;***
- ***Em que pese os levantamentos técnicos efetuados pelo DEPRE tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020, nossos cálculos indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço somaram um montante R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota da Receita Corrente Líquida Mensal do Município estabelecida no período;***

No que se refere ao presente tópico, que tem por objeto a análise da situação do Município referente aos precatórios e requisitórios de baixa monta, aponta primeiramente o n. Agente de Fiscalização supostas divergências de contabilização dos mesmos, haja vista a alegação de que constariam valores diferentes escriturados no balancete e balanço patrimonial, em relação aos disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça.

A esse respeito, Excelência, importa-nos essencialmente rememorar, por pertinente, que diferentemente do que faz o Tribunal de Justiça quando da divulgação dos dados

relativos aos precatórios pertencentes a cada Ente Municipal, não pode o Município excluir de sua contabilização (tanto em seus Balanços quanto em seus Balancetes), como dívida de precatórios, para efeito de registro do saldo devedor, os valores atinentes aos depósitos que efetua durante o exercício, até que seja formalmente comunicado pela DEPRE a realização de pagamentos para os respectivos credores, com a utilização do *quantum* depositado.

Desse modo, **somente ocorre a realização de baixas quando efetivamente informado, pela referida Diretoria de Precatórios do TJSP, o efetivo pagamento do credor**, razão primeira de qualquer eventual descompasso entre os saldos registrados nos registros contábeis da Prefeitura e aqueles divulgados pela DEPRE para efeito, principalmente, da definição da alíquota que irá orientar os depósitos do exercício seguinte a serem realizados pelo Município (a qual, logicamente, até mesmo por preceito de justiça, deve levar em consideração e abatido, do saldo devedor, eventuais montantes já depositados, ainda que não transferidos aos respectivos credores).

Ademais, outro fato que certamente pode levar à ocorrência de eventuais e pequenas discrepâncias, refere-se à época em que as informações são verificadas e divulgadas pela DEPRE em relação à data base dos dados nos quais se fundamenta o Município para efetuar o registro, em suas peças contábeis, no fechamento do exercício, uma vez que, dispondo de informações mais atualizadas, tanto no que concerne ao saldo devedor, quanto no que se relaciona a eventual pagamento, certamente podem haver diferenças cuja ocorrência está sendo sugerida pelo n. Agente de Fiscalização, **sem que isso de maneira alguma signifique falha da parte do Município na contabilização de suas pendências judiciais.**

**Tal como corroboram todas as peças contábeis atinentes ao exercício, é certo que, inobstante essas eventuais discrepâncias, atinentes à época em que as informações são repassadas ao Município pela DEPRE para efeito de encerramento do exercício, e quando são passadas a essa E. Corte para instrução do processo de Contas (fatalmente variando, tanto em relação a eventual saldo existente na conta para os depósitos mensais, quanto em relação ao saldo devedor), de qualquer forma, na medida em que são atualizadas, ocorre, no mesmo sentido, a atualização das peças contábeis ao final de cada exercício, a fim de retratar, de forma mais exata possível, os pagamentos efetivamente realizados aos credores (repita-se, não em relação aos depósitos)**

Da mesma forma diga-se, Excelência, em relação às alegada divergência entre os dados constantes do balanço patrimonial e aqueles “*apresentados no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audesp em relação ao exercício de 2020*”, uma vez que, na mesma linha de argumentação acima, as informações enviadas ao Sistema Audesp pode contemplar precatórios ainda não baixados por ausência de encaminhamento formal de comunicados, pela DEPRE, de efetivo repasse de valores aos credores, razão pela qual igualmente pode conter diferenças no total dos registros.

**Isso, portanto, não configura, de maneira alguma, ofensa aos princípios da transparência fiscal e evidenciação contábil, uma vez que em momento algum a contabilidade se absteve de efetuar o registro de seu passivo de precatórios, tampouco de proceder às respectivas baixas, na medida em que ocorre a efetiva**



**informação acerca do pagamento pelo órgão competente para tal realização, qual seja: o Tribunal de Justiça.**

Entretanto, o mais importante a ser registrado é que, ao contrário do que, *data maxima venia*, gravemente sugere o n. Agente de Fiscalização, é patente a regularidade da situação do Município em relação à quitação de seus precatórios no âmbito do Regime Especial no qual encontra-se inserido, em conformidade com a alíquota que fora definida pela DEPRE para tal finalidade em 2020.

Isso primeiramente porque, **é expresso o reconhecimento, tanto por parte da DEPRE, quanto por parte do n. Agente de Fiscalização, de que o comprometimento para efeito de seus depósitos mensais, pelo Município, fora de 2,77% de sua Receita Corrente Líquida.**

**E não apenas isso, pois igualmente é EXPRESSA DECLARAÇÃO, ATRAVÉS DE COMPETENTE CERTIDÃO EMITIDA PELA DEPRE, QUE É O ÓRGÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMPETENTE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO, TANTO DE FIXAÇÃO DE REFERIDO PERCENTUAL QUANTO DE ANÁLISE DA REGULARIDADE DOS DEPÓSITOS E PAGAMENTOS DOS PRECATÓRIOS, NO SENTIDO DE QUE FORAM SUFICIENTES OS DEPÓSITOS EFETUADOS PELO MUNICÍPIO PARA CUMPRIMENTO DA ALÍQUOTA DE 2,77% FIXADA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**

Note-se, Excelência, que a alegada diferença no valor de R\$ 136.059,23, apontada pelo n. Agente de Fiscalização como inferior ao necessário para atingimento da alíquota fixada pela DEPRE, **ao contrário do que expressa e taxativamente reconhece a própria DEPRE que, repita-se, é a competente tanto para fixação do referido percentual, quanto para análise do cumprimento do mesmo, por cada ente devedor para efeito de cumprimento do regime E NO CASO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA EXPRESSAMENTE DECLAROU A SUFICIÊNCIA DE SEUS DEPÓSITOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2020 TENDO EM VISTA O PERCENTUAL FIXADO**, na realidade diz respeito à diferença apurada pela n. Fiscalização quando da análise dos depósitos *face à redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, ao art. 101 da ADCT* (que por sua vez nada mais fez do que postergar a quitação dos precatórios submetidos ao regime especial para 31 de dezembro de 2029 e limitar o ingresso do regime (E COM ISSO CHEGANDO-SE À CONCLUSÃO DE QUE, NO RITMO EM QUE OCORREM OS DEPÓSITOS PELO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA, A DÍVIDA SERÁ QUITADA DENTRO DO PRAZO), manter a sistemática mensal de depósitos equivalente a 1/12 do valor calculado percentualmente sobre suas RCLs em percentual suficiente para quitação de seus débitos (O QUE JÁ COMPROVOU-SE OCORRER), bem como dispendo que essa alíquota, ainda que variável, não deve ser inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial instituído pelo art. 101 do ADCT, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

Assim, tanto se considerarmos que no exercício de 2020 encontrava-se o Município adstrito à redação do art. 101 da ADCT, conferida pela Emenda Constitucional nº 99/2017, quanto principalmente considerando que a fixação da alíquota a ser recolhida pelo Município se deu no âmbito da aceitação, pela DEPRE, de um plano de pagamento apresentado pelo Município, ainda que ao final se conclua a ocorrência de

uma singela diferença, isso não significa, de maneira alguma, que houve descumprimento, pelo Município, em relação ao valor que deveria ser depositado mensalmente levando-se em conta o percentual que fora FORMALMENTE ACEITO PELA DEPRE, E TAMBÉM POR ELA RECONHECIDO A CONFORMIDADE DOS RECOLHIMENTOS.

Assim, inexistindo qualquer irregularidade neste aspecto, rogamos a Vossa Excelência para que seja desconsiderada a glosa efetuada, sem embargo de, desde já, nos colocarmos à inteira disposição dessa E. Corte para acatar qualquer recomendação ou determinação de contabilização que eventualmente seja reputada mais tecnicamente adequada.

#### **B.1.6. ENCARGOS**

**- A Origem deixou de recolher as parcelas de março a dezembro relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211/20, totalizando um saldo não quitado no exercício de R\$ 6.148.557,50, que sequer foi empenhado;**

No que se refere ao presente tópico, que tem por objetivo a verificação da situação de conformidade do Município em relação ao pagamento de seus encargos, verifica-se que, inobstante a constatação de que foi apresentado o parcelamento realizado com regime próprio, apontou a Fiscalização, todavia, ausência de recolhimento total dos encargos sociais devidos ao Instituto Próprio de Previdência.

A esse respeito, Excelência, cumpre-nos discorrer que, devido às enormes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município ao longo do exercício em exame, principalmente considerando que se trata de um ano em que tivemos em situação de calamidade por conta da pandemia do COVID-19, onde todos os esforços se voltaram à contenção da doença, não restando alternativa à Administração, como tentativa de definitivamente solucionar a questão, senão pactuar o parcelamento, conforme constatado pela Fiscalização Financeira.

Evidenciamos que desde a sua celebração, e mesmo com tantas e tão graves dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município em virtude da emergência sanitária, financeira e econômica de proporções nunca vividas em razão da Pandemia da COVID-19, **o referido acordo de parcelamento vem sendo devidamente cumprido.**

Por tais razões, e cientes das soluções implementadas e que definitivamente não se trata de um histórico de não pagamento ocasionado pela gestão à frente do Município no exercício que ora se examina, roga-se pela desconsideração do apontamento em tela.

#### **B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL**

**- A Origem deixou de contabilizar como despesa de pessoal montante equivalente a R\$ 3.022.180,51 decorrente de contratações que se caracterizam**

***como terceirização de mão de obra, pois podem ser descritas como simples substituição de servidores públicos por profissionais da saúde e equipes de apoio para executarem atividades rotineiras e de natureza permanente, pertencentes à atividade-fim da Prefeitura;***

A Fiscalização Financeira incluiu no câmputo das despesas com pessoal a terceirização de serviços médicos, porém, constatou que o total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tampouco o previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei supracitada, em nenhum quadrimestre.

Entretanto, esclarecemos que as atividades foram realizadas através da contratação de empresa para a execução de serviços de médicos, não se confundindo com a contratação de mão-de-obra, que integraria as despesas com pessoal, uma vez que a própria Classificação Econômica da Despesa, disponível no site desse Egrégio Tribunal, menciona que as despesas com prestação de serviços por pessoa jurídica deverá ser contabilizado no 3.3.90.39.00.

Esse é o caso das despesas ora glosadas pela Fiscalização, como se pode observar no documento anexado pela Fiscalização Financeira, o qual está em plena conformidade com a classificação e elemento de despesa em que foi lançado.

Isso porque trata-se de serviços médicos contratados de empresas terceirizadas para o atendimento de pacientes, em razão da insuficiência de profissionais habilitados em nosso quadro de pessoal para o suprimento da demanda.

Nosso município possui pequeno porte, contando com uma realidade de profissionais habilitados disponíveis, especialmente na área médica, muito diferente dos grandes centros urbanos, sendo certo que quando ingressamos na Administração, já encontravam-se em andamento os contratos de serviços médicos devido à dificuldade de se contratar mão-de-obra nessa área em pequenos municípios como o nosso, sendo necessário dessa forma a contratação dos serviços, através de empresas terceirizadas, que por sua vez, dessa forma, não consubstanciam-se despesas com pessoal.

Não podemos confundir "terceirização de mão-de-obra" com "terceirização de serviços", ocorrendo a primeira quando a administração entrega a terceiros a execução de um serviço, e a segunda, quando ocorre a entrega a terceiros de funções a serem executadas, predominantemente, com a utilização de mão-de-obra.

O que ocorreu no presente caso, como resta comprovado, foi a terceirização da gestão dos serviços em razão da insuficiência de profissionais habilitados em nosso quadro de pessoal para o suprimento da demanda, não restando alternativa à Administração, senão a contratação dos serviços como foi feito.

A saúde é direito público subjetivo, protegido constitucionalmente, sendo que a Constituição Federal, em seu artigo 196 determina que *"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*.

Tratando-se de dever do Estado, esse tem obrigação de estabelecer as ações e serviços públicos de saúde, inclusive o atendimento médico dos pacientes, cabendo ao Município os serviços de atendimento à saúde da população local, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, nos termos do artigo 30, inciso VII, da Constituição Federal.

Os poderes atribuídos à Administração Pública, por estar vinculada ao atendimento do interesse público, do qual não pode dispor, têm caráter de poder-dever, o qual ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela sua omissão, pois cada vez que a Administração se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.

Neste diapasão, buscando formas de prestar um adequado serviço de saúde aos munícipes, entre outras medidas, optamos por proceder à contratação dos serviços médicos em questão, estando plenamente justificada a despesa realizada e a sua estrita relação com os serviços de saúde prestados pela Municipalidade, razão pela qual ousa a Municipalidade, *data venia*, discordar da inclusão desses valores na despesa com pessoal.

De qualquer sorte, Excelência, como se pode verificar, não houve a extrapolação do limite de despesa com pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sequer alcançando o limite prudencial em qualquer quadrimestre, seja considerando-se a respectiva despesa, seja com a sua respectiva inclusão.

Neste norte, entendendo que as justificativas apresentadas ilidem o apontamento no que concerne ao cometimento de eventual irregularidade, rogamos a Vossa Excelência pela desconsideração do mesmo.

#### **B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

**- Contrariando posicionamento deste Tribunal de Contas, bem como orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, dos 37 cargos de livre nomeação e exoneração previstos na legislação municipal pertinente, apenas para os cargos de assessor de comunicação e de assessor de gabinete são exigidos formação de nível superior aos interessados, estabelecendo-se, para os demais, tão somente a conclusão do ensino médio;**

Acerca de os cargos em comissão exigirem formação escolar em nível médio como requisito para investidura, não se coadunando a cargos de direção, chefia e assessoramento, discordamos da Nobre Fiscalização Financeira, senão vejamos:

Inicialmente, cumpre esclarecermos que os cargos em comissão mencionados, com os requisitos mínimos para ingresso, foram definidos através da Lei nº 53/2017, ou seja, em exercício anterior ao ora analisado, não sendo, portanto, ato de gestão do exercício em análise a criação de referidos cargos com tal exigência.

Não obstante, ao contrário do que possa vir a sustentar o D. Agente de Fiscalização, INEXISTE NO ORDENAMENTO PÁTRIO QUALQUER DISPOSITIVO QUE LIMITE O GRAU DE ESCOLARIDADE MÍNIMO A SER EXIGIDO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO, NÃO SE TRATANDO, POIS, DE UMA CARACTERÍSTICA INERENTE AO MESMO, mas sim a natureza de sua função, não havendo assim a referida

observação que ser considerada para efeito de análise de regularidade dos referidos cargos.

Nesse sentido, trazemos o disposto no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal, que assim prevê:

*“rt. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*

Como vemos, a nossa Carta Magna adotou como critério objetivo, apenas, a livre nomeação e exoneração para o provimento de cargos em comissão.

Não há, portanto, qualquer definição na Constituição Federal das “condições” para o exercício dos cargos em comissão.

A ausência da regulamentação do referido dispositivo constitucional implica, na prática, na ausência de requisitos legais, sendo a escolha do ocupante do cargo comissionado baseado na confiança, capacidade e conhecimento que o mesmo apresenta para o desempenho profissional.

Embora o TCESP tenha tratado da matéria no Comunicado SDG nº 32/2015, trata-se de uma RECOMENDAÇÃO aos jurisdicionados da observância de aspectos relevantes na elaboração de instrumentos legais. Sendo assim, em que pese a ausência de dispositivo legal que determine a exigência de ensino superior aos servidores ocupantes de cargos em comissão de direção e assessoramento, referida falha, se porventura existente, consiste numa ocorrência que, consoante a majoritária jurisprudência emanada dessa E. Corte de Contas, revela-se plenamente passível de ser alçada ao campo das recomendações, jamais como aspecto de gravidade, apta a macular as contas em exame.

Diante de todo o exposto, não havendo que cogitar qualquer viés de irregularidade em relação ao quadro de pessoal, eis que jamais houve violação ao inciso V, do artigo 37, de nossa Magna Carta, clamamos pela desconsideração do presente apontamento.

Ademais, esses cargos são destinados às pessoas comprometidas com o plano de governo, sendo suas contratações pautadas na absoluta confiança das autoridades superiores. Trata-se de ato discricionário do gestor.

Nesse sentido entende a doutrina:

*“Os cargos em comissão são de ocupação transitória. Seus titulares são **nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade nomeante.** (...) A natureza desses cargos impede que os titulares*



*adquiram estabilidade. Por outro lado, assim como a nomeação para ocupá-los dispensa a aprovação prévia em concurso público, a exoneração do titular é despida de qualquer formalidade especial e fica a exclusivo critério da autoridade nomeante.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 13ª ed., Lumen Juris: 2005, p. 4 75) (grifos e negritos nossos)*

No caso em tela, os servidores são nomeados conforme a capacidade e competência para o exercício dos cargos, o que ficou comprovado já que a Fiscalização Financeira não apontou qualquer fato desabonador referente a eles ou prejuízo que os mesmos tenham causado à Administração.

Ademais, inobstante todo o exposto, talvez o mais importante a ser ressaltado é que, em que pese a ausência de dispositivo legal que determine a exigência de ensino superior aos servidores ocupantes de cargos em comissão, a maioria dos servidores mencionados pela Fiscalização Financeira possuem formação de nível superior, como se pode observar nos documentos que ora anexamos (DOC. 06) e os que detinham formação de nível médio, possuíam muita experiência na área de atuação, e muitos deles já foram exonerados.

Dessa forma, rogamos pela desconsideração desse item na análise das contas ora examinadas.

## **B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice ‘C’**

**- Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o Setor Fiscal da Origem da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;**

Em que pese o apontamento de que não houve a disponibilização de recursos orçamentários e materiais para operacionalização das atividades relacionadas à Administração Tributária, ousamos discordar da referida suposição, haja vista que, conforme já explanado no tópico competente, a Origem disponibilizou, sim, recursos necessários para que a serventia executasse as atividades concernentes às questões tributárias de sua competência, não havendo prejuízo algum em seu desempenho.

No que diz respeito à terceirização da atividade da fiscalização tributária do Município, cabe informar a essa D. Corte, que tão logo tenha cessado os efeitos da Lei Complementar n.º 173/2020, especificamente seu art. 8º, OU SEJA, JÁ EM JANEIRO DE 2022, a Municipalidade adotou as medidas necessárias para preencher o cargo de provimento efetivo de Fiscal Tributário de seu quadro de servidores, nomeando candidato aprovado e classificado em concurso público, consoante Portaria de Nomeação n.º 100, do Concurso Público 001/2020 anexa (DOC. 07)

Outrossim, diante da recente mencionada nomeação, irá providenciar o treinamento adequado para atuação do servidor em questão.

Quanto à periodicidade de revisão do Cadastro Imobiliário, em que pese o respeito devidos, cumpre obtemperar que não há legislação que determine a obrigatoriedade

de revisão, cabendo à Administração estipular intervalo para a sua realização, dentro de um parâmetro de razoabilidade.

Ademais, trata-se de atividade que depende de vultosos recursos orçamentários, devendo ocorrer somente quando houver real defasagem que venha a implicar em queda de arrecadação. De toda forma, a Origem sempre procurou se comprometer com a elaboração de estudos visando à revisão de seu Cadastro Imobiliário.

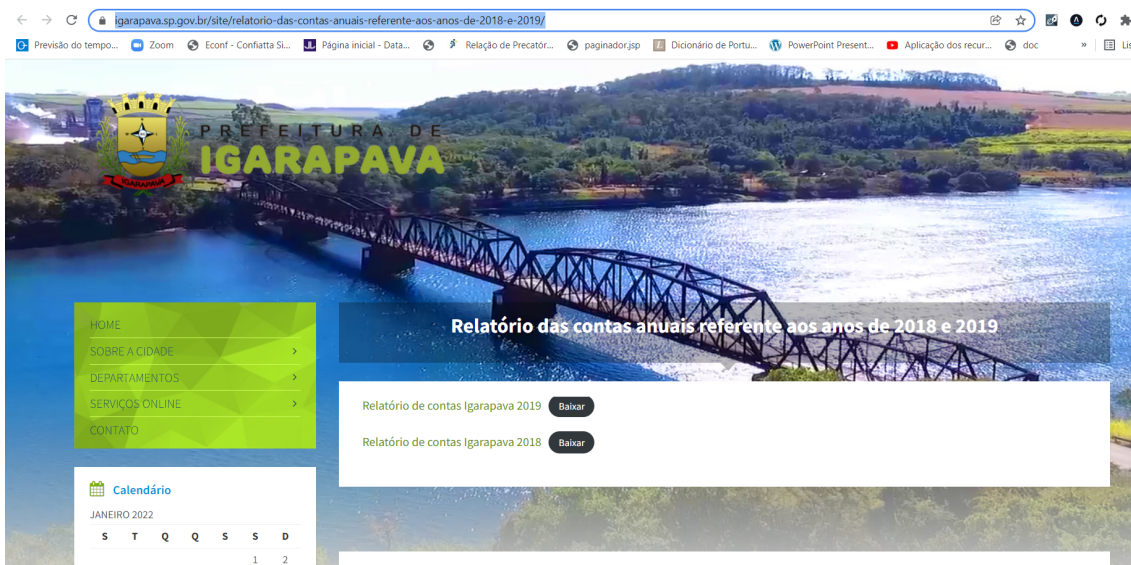
No que concerne ao apontamento de que o código tributário municipal não prevê a revisão periódica obrigatória da planta genérica de valores (PGV), temos a esclarecer que a Planta Genérica de Valores para imóveis urbanos é corrigida anualmente por índice inflacionário previamente estabelecido, não havendo necessidade de qualquer previsão neste sentido no Código Tributário Municipal.

Isto porque, a jurisprudência pátria é pacífica, no sentido de que apenas o reajuste que excede os índices inflacionários é que deverá ser fixado mediante lei em sentido estrito, não havendo que se falar em qualquer irregularidade neste sentido.

Deste modo, não há que ser cogitada plausibilidade na referida glosa.

Já no que dispõe à divulgação do Parecer Prévio expedido por essa C. Corte de Contas, estes podem ser acessados pelo link que segue abaixo e verificado conforme “print” da tela da página eletrônica da Prefeitura.

<https://igarapava.sp.gov.br/site/relatorio-das-contas-anuais-referente-aos-anos-de-2018-e-2019/>



Cumpre-nos mais uma vez evidenciar o nosso esforço e constante comprometimento no sentido de nos adequarmos, cada ano mais, às regras e rotinas afetas à Administração.

Por fim, mas não menos importante, no que concerne à divulgação em tempo real das receitas arrecadadas e dos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, cabe sopesar, levando em consideração as demais obrigações

de divulgação decorrentes das despesas que envolvem a Pandemia da Covid-19, bem como, a agravante desse período, em que a serventia passou por longos períodos de defasagem por afastamentos, também em decorrência da Pandemia, que as referidas informações eram todas inseridas para a consulta pública, nem sempre foi possível fazê-las em tempo real, até mesmo por questões de ordem tecnológicas, **mas nunca deixaram de ser inseridas.**

Nesta senda, considerando a completa ausência de má-fé e prejuízo, clamamos pela compreensão de Vossa Excelência, para que sejam relevadas as presentes ocorrências relatadas no presente tópico, as quais, para todos os efeitos, não são substanciais a ponto de macular as Contas em análise.

## **C.1. APLICAÇÃO NO ENSINO**

- ***Contabilização como aplicação no ensino com recursos próprios de despesas não amparadas pelas finalidades elencadas pelo art. 70 da LDB, tais como uniformes e merenda escolar;***
- ***A Origem deixou de quitar até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, montante equivalente a R\$250.576,82 referentes a restos a pagar de despesas contabilizadas como aplicação no ensino;***
- ***Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019;***

No âmbito do presente tópico, que tem por objetivo o exame de conformidade da aplicação, pelo Município, dos recursos atrelados ao ensino, depreende-se que, **inobstante a constatação de que o Igarapava aplicou 25,96% de recursos próprios em favor da educação, superando, portanto, o limite mínimo de 25% preconizado pelo art. 212 de nossa Magna Carta**, pontua a fiscalização a necessidade de realização de glosas de exclusão de despesas tidas como não amparadas pelo art. 70, da LDB (relativas à aquisição de uniformes e merenda escolar), bem como do montante de R\$ 250.576,85, referente a restos a pagar de despesas contabilizadas no ensino não quitadas até 31 de janeiro do exercício seguinte.

A esse respeito, importa-nos asseverar, além da insignificância dos valores glosados, **a completa impossibilidade de alterar o panorama de perfeita conformidade com a exigência constitucional já acima colocado, haja vista que, como bem reconhecido pelo próprio Agente de Fiscalização, aplicou a Municipalidade, mesmo considerando a referida glosa de exclusão, 25,96% dos recursos resultantes de sua arrecadação, em ações voltadas ao ensino público, que por sua vez se deram nos exatos termos do art. 70, da LDB, ATENDENDO, ASSIM, AO LIMITE ESTABELECIDO NO ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Assim, pugna-se pela desconsideração da glosa efetuada.

Com relação ao apontamento alusivo à não implementação dos serviços de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar em 2020, em que pese o respeito devido, ousamos discordar de qualquer irregularidade

Isto primeiramente porque, tal como extrai-se do teor da própria citada Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, **que entrou em vigor na data da sua publicação (conf. seu art. 3º) e realmente previu e necessidade de implantação, nas redes públicas de educação básica, dos serviços de psicologia e de serviço social para atendimento dessas respectivas demandas, verifica-se que, consoante dispôs em seu art. 2º, fora estabelecido o prazo de 1 ano para a adoção de providências visando o seu atendimento (in casu, 11 de dezembro de 2020).**

Entretanto, Excelência, não devemos olvidar do fato de que, justamente no ano de 2020, em função da pandemia, fora editada e encontrava-se vigente a vedação constante do art. 8º, da Lei Complementar nº 173/2020, que como medida de redução dos drásticos efeitos da pandemia (dentre eles econômicos), vedou expressamente a contratação, criação de cargos ou estrutura de pessoal que pudesse onerar a despesa a esse título dentro do Município, exceto quando exclusivamente destinada ao combate da Covid-19, razão pela qual, não sendo o caso dos serviços aqui reclamados, mais uma razão pela qual não havia, mesmo que quiséssemos, possibilidade de sua implementação.

Assim, esclarecemos que, diante da completa inviabilidade da adoção das providências necessárias visando a aludida implantação (que nos termos do citada Lei Complementar, se estenderão até 31 de dezembro de 2021), realmente não foram os serviços, que naturalmente demandam a estruturação do quadro de servidores, insertos na rede de educação básica, razão pela qual desde já nos comprometemos ao seu atendimento, no medida da cessação de tais vedações.

Nesse passo, roga-se pela desconsideração do apontamento.

#### **C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice ‘C’**

**- Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o Setor de Educação da Origem da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;**

Relativamente ao presente tópico, dentre os demais apontamentos realizados pelo n. Agente de Fiscalização, este pontua que a Prefeitura Municipal possui mais de 39,53% do quadro de professores de creche, mais de 21,74% do quadro de professores de pré-escola e 13,79% do quadro de professores dos anos iniciais como temporários e, a respeito disso, cumpre-nos esclarecer que a referida porcentagem se deu devido à realização de um processo seletivo para a contratação de docentes temporários em 2019. Tais contratos temporários não foram renovados, devido à realização de um concurso público em 2020 (01/2020), sendo certo que atualmente não possuem mais docentes temporários no quadro de professores do Município, apenas efetivos.

Acerca do apontamento de que os profissionais de creche, de pré-escola, dos anos iniciais e dos anos finais da rede municipal não participaram de capacitação durante o ano de 2020, informamos que em razão do cenário totalmente atípico vivido no referido exercício, devido à pandemia de Covid-19, não foi possível viabilizar a



contratação de cursos de capacitação aos docentes, entretanto, a Prefeitura Municipal já vem buscando recursos para a realização de tais capacitações.

Quanto ao apontamento de que não houve entrega do material didático aos alunos das pré-escolas, dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental, cabe esclarecer que o município participa do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), sendo que este material é utilizado para a preparação e planejamento das aulas.

A d. Fiscalização também apontou, dentre outras coisas, que não houve entrega de uniforme escolar aos anos iniciais e finais do ensino fundamental em 2020 e, a respeito disso, cabe-nos esclarecer que em razão da suspensão das atividades escolares presenciais no referido exercício, os uniformes foram entregues apenas no início de 2021, a medida em que as aulas presenciais foram sendo retomadas.

Em relação à afirmação de que a Prefeitura Municipal informou que há alunos de pré-escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação sem Atendimento Pedagógico Especializado (APE), esclarecemos que, com a suspensão das aulas presenciais, no início do mês de março de 2020, os alunos passaram a realizar as atividades pedagógicas remotamente, de maneira assíncrona.

Ademais, apesar de o ano letivo ter sido cumprido totalmente em ambiente virtual, os alunos que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados na rede municipal de ensino, também foram atendidos remotamente.

No que se refere à nota da IDEB, apesar de o Município não ter atingido a meta para os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental no ano da última avaliação, salientamos que o Município avançou na nota em relação ao ano anterior. Tendo em vista o esforço da Administração, bem como o resultado satisfatório obtido, com crescimento expressivo da nota, certo que apenas essa pequena diferença para o atingimento da meta prevista não é capaz de comprometer a boa avaliação do Município, que vem apresentando expressivo crescimento.

No que se refere ao apontamento de que a Prefeitura Municipal não realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano), ressaltamos que o Município possui Plano Municipal de Educação - PME (Lei nº 673/2015 - DOC 08) que prevê em sua meta 2.3 a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude. Em razão disso, foi realizada busca ativa aos alunos por contato telefônico, durante todo o ano letivo de 2020, tendo sido intensificada em 2021, quando retomamos parcialmente à normalidade, inclusive com visitas às famílias responsáveis pelos alunos, seguindo-se os protocolos de segurança.

Ademais, quanto à alegação de que a Prefeitura Municipal não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches, pré-escolas, e dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), informamos que nesse caso também foi realizada busca ativa escolar para levantamento dos referidos dados, conforme supramencionado.



Relativamente à emissão do competente AVCB, cumpre-nos comunicar que atualmente estamos em fase de estudos para tal adequação, sendo que o Departamento de Engenharia já está elaborando a contratação de empresa especializada para a execução do projeto de adequação em todos os estabelecimentos que não possuem o AVCB. Ressaltamos, todavia, que independentemente da obtenção de referido documento, nossas instalações e todos os procedimentos lá adotados já se adequam perfeitamente às normas de segurança e prevenção contra incêndio.

Em relação às 06 (seis) unidades de ensino que necessitam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, etc), esclarecemos que, de acordo com o planejamento municipal, todas as unidades de ensino irão passar por melhorias e reformas seguindo o cronograma já iniciado em 2021.

Quanto ao apontamento de que a Prefeitura Municipal possui apenas dois nutricionistas para atendimento de 4.192 alunos das redes municipal e estadual de ensino infantil e fundamental, informamos que devido à pandemia de Covid-19 e de acordo com a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, foram vedadas novas contratações de pessoal nos anos de 2020 e 2021, ressalvadas as reposições de cargo e, por esta razão, não foi possível a contratação de mais nutricionistas. Contudo, no ano de 2022, o Município já está realizando as contratações necessárias através do Concurso Público 01/2020.

Acerca da alegação de que a Prefeitura Municipal não (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), informamos que aderimos ao Currículo Paulista, inclusive participando de todas as reuniões na Diretoria Regional de São Joaquim da Barra - DRE para elaboração e execução do mesmo.

Ainda, quanto às reuniões do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, salientamos que o CACS FUNDEB realizou as reuniões virtualmente, por aplicativo, durante todo o exercício de 2020, encaminhando todas as atas à Prefeitura Municipal, as quais inclusive encontravam-se à disposição da Fiscalização.

Por derradeiro, em relação ao Conselho de Alimentação Escolar não ter elaborado atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, ressaltamos novamente que, devido à pandemia de Covid-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais e merenda escolar, não foi possível avaliar a aceitabilidade dos alunos, pois nesse período os alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino, quando verificada vulnerabilidade, receberam cestas básicas e posteriormente marmitas também foram ofertadas. Ademais, durante todo esse período atípico, o CAE esteve presente fiscalizando as entregas, com visitas frequentes à cozinha piloto.

Assim, não remanescendo qualquer irregularidade apta a comprometer a lisura e regularidade das presentes Contas, roga-se pela completa desconsideração dos apontamentos efetuados.

## **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice ‘B’**

**- Não obstante, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o setor de Saúde da Origem tenha obtido índice ‘B’ de avaliação, que indica efetiva adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP, foram verificadas ocorrências que indicam a necessidade de aprimoramento nesta área;**

No âmbito deste tópico, a Fiscalização efetuou alguns apontamentos com base no questionário do IEG-M, alegando, em síntese, que teria verificado algumas deficiências e fragilidades da Administração Municipal de Igarapava no tocante à gestão da Saúde Pública do Município, **inobstante, como bem observado pela Fiscalização, a classificação do Município com a nota “B” do IEGM, considerada EFETIVA.**

Acerca da emissão do competente AVCB, o Município buscará, na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, emitir o competente AVCB de todas as unidades de saúde, de forma que já está providenciando a adequação das unidades, tendo sido elaborado por parte da Municipalidade, um projeto de engenharia para regularização da situação.

Com relação aos reparos necessários nas unidades de saúde, como conserto de janelas, rachaduras, etc, esclarecemos que o Município já realizou levantamento de todas as reformas e adequações necessárias, as quais encontram-se pendentes de execução apenas em função da pandemia.

Esclarecemos, ainda, que em relação ao apontamento referente ao registro de frequência dos médicos ser manual através de folha de ponto, a Municipalidade vem providenciando as melhorias necessárias para aprimorar o controle de frequência dos servidores, adquirindo equipamentos eletrônicos e realizando diversas pesquisas para implantação.

Nesse sentido, a Administração vem recolhendo as digitais dos servidores concursados, até o presente momento, tendo em vista que o sistema utilizado (Fiorili) ainda não consegue ler o arquivo com os servidores terceirizados.

Quanto ao apontamento de que a Prefeitura Municipal não realiza a gestão do estoque de insumos utilizados como meios de diagnósticos laboratoriais para doenças sob monitoramento epidemiológico de interesse da Vigilância de Saúde, informamos que a farmácia municipal passou a fazer o controle do estoque de insumos, como por exemplo os testes rápidos para Covid-9, HIV, etc.

Acerca da alegação de que não houve utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal, insta ressaltar que a Prefeitura Municipal utiliza o sistema CROSS para ofertas de serviços, conforme orientação da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que o CROSS de Urgência é feito pela Santa Casa e o CROSS (exames e consultas) é feito pela Prefeitura Municipal.

Em relação ao apontamento de o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgências e Central de Internações, informamos que o Município possui um

profissional que autoriza as internações, sejam elas eletivas ou de urgência, bem como o sistema CROSS.

A respeito da alegação de que não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), esclarecemos que o Município possui 02 (dois) profissionais que realizam a atividade de monitoramento, avaliação e auditoria. Ademais, já estão sendo realizados estudos para elaboração de uma portaria com a indicação dos profissionais na composição do componente municipal.

Acerca do alegado desabastecimento (falta de medicamento) superior a um mês de 46 dos 240 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, cumpre-nos ressaltar que a situação foi regularizada ainda em 2021.

Diante do exposto, Excelência, espera-se ter demonstrado que a Prefeitura de Igarapava não ficou inerte ante as dificuldades enfrentadas, principalmente de cunho financeiro, na melhoria dos serviços de saúde oferecida aos munícipes, motivo pelo qual, requer desde já, a desconsideração destes apontamentos.

#### **E.1. IEG-M – I-AMB – Índice ‘C’**

**- Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de gestão ambiental obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;**

Acerca do presente quesito o IEG-M, primeiramente quanto ao apontamento de que os objetivos estratégicos e metas ambientais não estão materializados no PPA e nem no LOA, informamos que na ocasião ainda não haviam valores destinados para a pasta no ano de 2020.

Relativamente à participação em programa de educação ambiental, ressaltamos que a Prefeitura Municipal participa do programa de educação ambiental “Desafio Ambiental”, com apoio da empresa DAidea Ambiental e do Departamento de Educação do Município.

Quanto à alegação de que não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município, cumpre-nos esclarecer que a Lei Municipal nº 770/2018, de 10 de janeiro de 2018, em seu art. 1º, inciso II, especifica tal proibição (DOC 09).

A respeito do apontamento de que não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez, informamos que não houve necessidade da criação de um plano, tendo em vista que Igarapava é o Município com maior disponibilidade de água potável da região, haja vista ser demasiadamente provida deste recurso natural.

Em relação à alegação de que não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, ressaltamos que tais ações geralmente são realizadas em municípios que captam água dos rios, contudo, o Município de Igarapava capta

água de poços que sofrem menos interferência com a estiagem, não tendo sido necessária, até o presente momento, a criação de medidas de contingenciamento nesse sentido.

Quanto à afirmação de que não existem metas de tratamento e nem de coleta de esgoto definidas, informamos que a Administração Municipal se compromete a dar início aos estudos para elaboração das metas, o que poderá ser constatado pelas fiscalizações futuras dessa E. Corte de Contas.

Acerca da periodicidade na coleta seletiva realizada e sobre o não atendimento de todas as regiões do Município, cumpre-nos esclarecer que a cooperativa de coleta realiza o recolhimento em dias alternados e, ciente da impossibilidade de atender todo o Município, já deu início à estudos para melhorar o serviço prestado pela cooperativa.

A respeito do último apontamento do presente tópico, informamos que o Plano de Saneamento Básico (DOC 10) incorporou o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), descrevendo em seu item 3.1.4 sobre a gestão de tais resíduos no Município de Igarapava.

Ante todo o exposto, não havendo prejuízo a ser registrado, bem como considerando que a Administração Municipal não se manteve inerte, rogamos pela completa relevação dos apontamentos aqui combatidos.

#### **F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice ‘C’**

**- Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de proteção ao cidadão obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;**

Apontou a fiscalização que, com base no questionário do IEGM, teriam sido constatadas diversas deficiências e fragilidades da Administração Municipal, no que se refere a contingenciamento, infraestrutura e segurança.

Acerca do presente tópico cabe esclarecer que a COMPDEC se encontra operando e desempenhando plenamente suas funções, de tal forma que a Fiscalização não apontou qualquer mácula na efetividade da prestação do serviço. De toda forma, se compromete a atual gestão, na medida de sua disponibilidade orçamentária, alocar maiores recursos para a coordenadoria, durante o próximo exercício.

Quanto ao apontamento de que a Prefeitura Municipal não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentados, cumpre informar que o Município já vem adotando providências para a criação de Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, pois, ciente de tal lapso, empreendeu esforços para iniciar os estudos visando a elaboração do mesmo.

Em relação à alegação de que a Prefeitura Municipal não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, insta ressaltar que a Municipalidade oferece treinamento na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária, contudo, os

profissionais atuantes são altamente capacitados para exercerem suas funções em atendimento à população.

No que se refere ao não mapeamento das áreas de risco, cabe ressaltar que, não há ocorrência no município de Igarapava de desastres naturais de qualquer natureza, ou mesmo àqueles decorrentes de ação humana, haja vista que não há a exploração de qualquer atividade no município que apresente risco para atuação da Defesa Civil.

A respeito do Plano de Contingência Municipal - PLANCON de Defesa Civil, é importante considerar que o município de Igarapava trata-se de região que não sofre risco de inundações, enchentes rápidas de grande porte que cheguem a danificar casas, bem como não há registro histórico de deslizamento de encostas com vítimas. De toda forma, a atual Administração tem se comprometido a realizar a formalização do Plano de Contingência, o que não exige a atuação da Defesa Civil para o atendimento em situações emergenciais. Assim, tendo em vista o município não ter apresentado situação de risco que justificasse maiores intervenções, tem-se por suficientes as medidas adotadas até então.

Acerca da avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, cabe informar que o Município se encontra em fase de elaboração de projeto técnico para a expedição do competente AVCB de todas as unidades, BEM COMO, ACIMA DE TUDO, JÁ ATENDE OS QUESITOS ESTRUTURAIS E DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, podendo apresentar o cumprimento do presente apontamento no âmbito do próximo exercício.

Quanto ao apontamento da necessidade de canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres, cabe esclarecer que o Município conta com canal de atendimento por meio do número da própria Prefeitura, sendo encaminhado ao setor responsável pelo atendimento. Reitera-se tratar-se de Município de pequeno porte e que não apresenta registro de catástrofes que justifique uma ação maior do que já é prestado, o atual procedimento atende plenamente a necessidade da população.

Assim, à vista de todo o exposto, restando comprovado não ter sido cometida qualquer irregularidade, roga-se, acima de tudo, pela completa desconsideração da glosa efetuada nesse sentido.

## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

**- Como demonstrado no item B.1.5 - "Precatórios" deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AudeSP;**

Quanto ao presente apontamento, pedimos *venis* para nos remeter aos esclarecimentos já prestados no âmbito do citado item B.1.5, igualmente rechaçando os apontamentos efetuados.

## **G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice 'C'**





**- Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de Governança de Tecnologia da Informação da Origem obteve índice 'C' de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;**

No âmbito deste tópico, a Fiscalização pontuou algumas irregularidades que foram constatadas pela Fiscalização no tocante ao I-GOV TI, referente à definição de atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação, à suposta ausência de um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação Política e ausência de Segurança da Informação, dentre outros.

Primeiramente, em relação ao apontamento de que a equipe de TI não participa da comissão de julgamento das compras públicas (licitações), informamos que a equipe de TI do Município participa de todas as licitações que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação.

Em que pese a ausência de um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e de um documento formal que estabeleça a Política de Segurança da Informação, esta Administração, ciente de tais lapsos, já está desenvolvendo estudos visando a elaboração dos mesmos.

Quanto às regulamentações glosadas, da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o município está procedendo às normativas necessárias para atendimento das disposições legais que regem os temas em voga.

Acerca da alegação de que o site da Prefeitura Municipal não possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, bem como não disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, cumpre-nos informar que o Departamento de Comunicação já está realizando uma licitação visando a contratação de empresa para realizar adequações e melhorias na página eletrônica da Prefeitura Municipal, o que poderá ser aferido pela diligente fiscalização no próximo exercício.

A respeito da alegação de que a solicitação por meio do e-SIC não é simplificada, exigindo itens de identificação do requerente, esclarecemos que os parâmetros de segurança e acesso ao sistema são estabelecidos pela empresa de software contratada, que tem como objetivo a proteção de dados.

Relativamente à integração entre o sistema de contabilidade e o sistema de dívida ativa, nos comprometemos a dar início a estudos visando a implantação e ampliação de sistemas de software e governo digital. Ademais, cabe esclarecer que se encontra em constante processo de ampliação do setor, na medida de que dispõe de maiores recursos financeiros e orçamentários.

Ademais, em relação ao oferecimento de serviços digitais como alvarás, licenças de funcionamento, certidões, dentre outros, informamos que a Municipalidade está implantando o Sistema 1Doc, onde será disponibilizado diversas funções e serviços digitais à população.

Em relação à designação de encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO), cabe esclarecer que não foi possível realizar nova contratação em razão da vedação prevista na Lei Complementar 173/2020, tendo a serventia providenciado o tratamento de tais dados durante o referido período, restando apenas esse referido ponto pendente de implementação, APÓS DECORRIDO O PRAZO DE VEDAÇÃO EXPRESSAMENTE IMPOSTO PELO ART. 8º, DA LC Nº 173/2020.

Assim sendo, reforça a Municipalidade que na medida de suas disponibilidades financeiras e orçamentárias adotará as medidas cabíveis a fim de solucionar os referidos apontamentos, de forma que poderá a fiscalização acompanhar ao longo dos exercícios a implementação das medidas apontadas por este E. Tribunal.

***H.1. Perspectivas de atingimento das metas propostas pela Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)***

***- Tendo em vista as análises realizadas, bem como as informações prestadas pela Origem ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, devidamente validadas por esta Fiscalização, indica-se que o Município em apreço poderá não atingir algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS;***

No que se refere a presente glosa, conforme exaustivamente debatido nos tópicos anteriores, o Município busca empreender esforços para o atingimento de todas as metas propostas pelos ODS, na medida de sua disponibilidade financeira e orçamentária.

Outrossim, como pode-se observar, tais esforços são materializados por meio dos bons resultados apresentados no índice IEGM, que usa como referência o próprio ODS.

Assim, ao longo dos demais exercícios a fiscalização poderá aferir o atingimento das metas propostas, bem como a melhoria do índice IEGM.

***H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO***

***- No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados e com trânsito em julgado até 2020, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu recomendações desta E. Corte de Contas;***

Como fora dito alhures, esta Municipalidade vem se empenhando em cumprir a Lei Orgânica, as Instruções e as Recomendações dessa E. Corte de Contas, em algumas ocasiões atendendo de pronto ao quanto determinado, noutras readequando-se e alterando o modo de trabalho, mas sempre visando corrigir suas falhas, a fim de que não mais venham ocorrer.

Relativamente à glosa efetuada para alegar suposto desatendimento às recomendações desse D. Tribunal de Contas, não ficaremos aqui repisando os argumentos já exaustivamente explanados, vez que todos os pontos aventados como

supostos desatendimento, já foram detalhadamente abordados e defendidos em tópicos anteriores específicos desta Defesa.

Destarte, entendemos que as falhas apontadas não são suficientes para comprometer a lisura das Contas, podendo ser passíveis de recomendações, por serem todas de natureza meramente formal, sem nenhuma gravidade e que, por conseguinte, não causaram qualquer dano ao erário público ou interesse público.

## **CONCLUSÃO:**

Assim, na certeza de que os esclarecimentos acima prestados serão agraciados pela consideração de Vossa Excelência, entendemos que **as contas da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA, referentes ao exercício de 2020, MERECEM, por questões de DIREITO e de JUSTIÇA, receber PARECER FAVORÁVEL por parte dessa Egrégia Corte de Contas.**

Requer-se, por oportuno, que, de todas as publicações relativas ao presente processo, conste o nome do advogado Julio Cesar Machado – OAB/SP 330.136.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição dessa E. Corte para esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários, renovando, nesta oportunidade, nossos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

**JULIO CESAR MACHADO**  
**OAB/SP 330.136**  
**(assina digitalmente)**